

Contribuinte n.º 502265094
Depósito legal n.º 45458/91
Registo ERC n.º 114410
Conselho de Administração
Presidente: Angelo Paupério
Vogais: António Lobo Xavier,
Cláudia Azevedo, Cristina Soares,
Luís Filipe Reis, Miguel Almeida,
Pedro Nunes Pedro
E-mail: publico@publico.pt Lisboa
Rua de Viriato, 13 - 1069-315 Lisboa
Telef.: 21011000 (PPCA); Fax: Dir.

Empresa 21011015; Dir. Editorial
21011006; Agenda 21011007;
Redacção 21011008; Publicidade
21011013/21011014 Porto Praça do
Coronel Pacheco, n.º 2, 4050-453
Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) /
226103214; Fax: Redacção 226151099 /
226102213; Publicidade, Distribuição
226151011 Madeira Telef.: 934250100;
Fax: 707100049 Proprietário
PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Sede: Lugar do Espido, Via Norte,

Maia, Capital Social €50.000,00
Detentor de mais de 10% do capital:
Sonae Telecom, BV Impressão
Unipress, Travessa de Anselmo
Braancamp, 220, 4410-350 Arcoscelo,
Valadares; Telef.: 227537030;
Imprejournal - Sociedade de
Impressão, SA, Quinta Velha, Santo
António do Tojal, Estrada Nacional
n.º 115 ao km 80, 2660-161 Loures.
Telef.: 210237000 Distribuição
Logista Portugal - Distribuição

de Publicações, SA, Lisboa; Telef.:
219267800; Fax: 219267866; Porto:
Telef.: 227169600/A; Fax: 227162123;
Algarve: Telef.: 289363380; Fax:
289363388; Coimbra: Telef.:
239980350; Fax: 239983605.
Assinaturas 808200095
Tiragem média total de Janeiro
49.233 exemplares
Membro da APCT - Associação
Portuguesa do Controlo de
Tiragem

Se a UE quer liderar, tem de dar o exemplo de uma fundamentação científica das suas propostas sem contaminações políticas

A União Europeia e as alterações climáticas

O fracasso e a humilhação da União Europeia em Copenhaga

O PÚBLICO de 24/12/2009 publicou no suplemento P2 um esclarecedor artigo de Viriato Soromenho Marques (VSM) intitulado *De Copenhaga rumo ao México a União Europeia pode fazer a diferença*, no qual persiste em ignorar que Copenhaga foi, sobretudo, uma humilhação para a UE, pois a realidade virtual que criou e liderou não lhe deu sequer acesso à mesa onde o acordo, que subscreveu, foi negociado.

A UE pode fazer efectivamente a diferença se reconhecer que a mobilização pública conseguida com o alarmismo climático está esgotada e é contraproducente. Esse alarmismo, baseado num pseudoconsenso científico, levou à defesa de cortes nas emissões de CO2 impossíveis de realizar sem devastadoras consequências económicas e sociais. Efectivamente, e segundo VSM, “num impressionante estudo que procura aliar ciência dura e diplomacia, o Conselho Federal Alemão para a Mudança Global (WBGU), dirigido pelo eminente físico Hans Joachim Schellnhuber” (que se propunha ser o guião para as negociações em Copenhaga), concluiu-se que, até 2015-2020, o consumo de combustíveis fósseis teria de estabilizar para vir a desaparecer dentro de 40 anos. Por este, entre outros motivos, o acordo legalmente vinculativo defendido pela UE/ONU e a maioria das ONG não poderia ser cumprido. E quem o quisesse honestamente cumprir, não o poderia assinar.

Mas será que tal acordo significou mesmo a “incapacidade da comunidade internacional (...) prevenir a primeira mudança da estrutura ecológica e ontológica do planeta causada pela acção humana” como afirma VSM? Não me parece, porque o pilar fundamental deste tipo de argumentação é uma grosseira adulteração das implicações do conhecimento científico fundamental e básico (*).

“Fazer batota com as leis da Física ...”
Alterações climáticas e aquecimento global foram vulgarizados como sinónimos, e o passo seguinte foi atribuir erradamente o aquecimento global (quase exclusivamente) às emissões de CO2eq. Invoca-se, para isso, um difuso consenso científico, no qual nunca fica claro a que fenómenos ou leis físicas se refere. Existe, efectivamente, e há décadas, indiscutível consenso cien-



José J. Delgado Domingos

tífico quanto ao facto de o CO2 ter efeito de estufa e de o vapor de água ter um efeito de estufa muito maior. Mas tal consenso não existe quanto à relação *quantitativa* entre o aumento da concentração CO2eq na atmosfera e a elevação da temperatura média global do ar junto à superfície (ETMGJS) (**). Segundo o próprio relatório científico do IPCC, considerado como referência fundamental (ARA4WGI, p. 114), a ETMGJS devida a uma duplicação da concentração em CO2 na atmosfera tanto poderia ser de 1,9°C como de 5,9°C (dependendo do modo como se considera o efeito das nuvens). A ETMGJS depende da chamada sensibilidade climática e em relação a ela o IPCC afirma (ARA4WGI, p. 640) que: *“A set of model metrics that might be used to narrow the range of plausible climate change feedbacks and climate sensitivity has yet to be developed”*.

Ou seja, o próprio IPCC reconhece que não se sabe qual o valor a escolher, mas os proponentes de cortes radicais, como os referidos, actuam como se soubessem. A verdade é que, por exemplo, o IPCC nunca recomendou um aumento de temperatura a não exceder, tal como nunca recomendou um limite de emissões para o conseguir. Tais valores são decisões políticas (não científicas!) e a argumentação da UE tem por base uma *batota* com as leis da Física. Uma batota que consiste em apresentar (como consequência de leis físicas inequivocamente consensuais) uma relação quantificada entre emissões de CO2eq e aumento de temperatura média, que só pode ser obtida com grosseiras simplificações e factores numéricos politicamente escolhidos (**).

Conclusão
Embora haja fenómenos climáticos que se podem associar ao aquecimento, atribuir tudo ao aumento da concentração de CO2eq na atmosfera é um absurdo. É muito mais honesto reconhecer que se não conhecem todas as causas do que inventar cenários catastróficos que só levam ao descrédito.

Se a UE quer liderar, tem de dar o exemplo de uma fundamentação científica das suas propostas sem contaminações políticas (que deram o *climagate*), e de medidas exigentes, exequíveis e verificáveis. Se está de facto preocupada com as alterações climáticas de origem humana (e deve estar) não precisa de invocar os resultados pouco fiáveis dos modelos climáticos actuais para actuar em profundidade



ALAN VERMA/REUTERS

Embora haja fenómenos climáticos que se podem associar ao aquecimento, atribuir tudo ao aumento da concentração de CO2eq na atmosfera é um absurdo

na reforma do seu sistema energético, porque tal reforma é exigida pela competitividade económica e pela sua dependência de fontes de energia insustentáveis e agressoras do ambiente. Se está de facto preocupada, deve acabar com a hipocrisia do mercado do carbono e da contabilidade de Quioto e substituí-la pelos instrumentos regulatórios e fiscais de que tem grande experiência.

Grande parte da lista do que pode e deve fazer já foi enunciado/iniciado a pretexto de aquecimento global. Manter o que se justifica por si próprio, sem ter de recorrer à ameaça de catástrofes climáticas, é o passo que a UE tem que dar para recuperar a credibilidade perdida e uma liderança real. *Professor catedrático do IST (jdd@ist.utl.pt)*

(* Ver <http://jddomingos.ist.utl.pt>

(**) “aquecimento global”, “aquecimento”, “elevação da temperatura média” ou “aumento da temperatura” referem-se sempre à Elevação da Temperatura Média Global do Ar Junto à Superfície (ETMGJS)

Alegre sabe que a sua candidatura terá de conquistar segmentos não só da esquerda, mas do centro e até da direita

Uma candidatura autónoma e abrangente

A candidatura presidencial de Manuel Alegre (MA) continua a suscitar controvérsia. Há os que o apoiam, os que o rejeitam, e agora, perante o facto consumado, surgem também os apoiantes “condicionais”. O dr. Vital Moreira (VM) é um destes casos. Na sua crónica no PÚBLICO (26/01/2010) afirma que o PS não se pode “render sem condições” a Manuel Alegre, e que só mediante “um compromisso” tal candidatura pode obter “convictamente” o apoio dos socialistas. Na verdade o que VM pretende é que o PS “controle” MA, ou seja, se não se consegue impedi-lo, então que se lhe imponham condições.

Do alto da sua sapiência, enumera todo um rol de desvios “esquerdistas” e de “ingratições” de MA ao seu partido. Alguém que nem é militante (ao que se sabe), no seu excesso de zelo, lança diversos anátemas a Alegre, um histórico do PS que ajudou a formatar a matriz social-democrata do partido.

O rol de atributos apontados a MA no citado texto é bem ilustrativo da reserva mental do deputado europeu.

Acusações como a “separação política e ideológica” do PS e a “afinidade electiva com a esquerda radical” só podem vir de quem ignora a cultura pluralista do PS e não é capaz de admitir nenhum dos erros do anterior Governo de Sócrates. As aproximações de MA ao Bloco foram pontuais e justificadas. O “óbvio gaullismo”/tentações nacionalistas de MA e sua “hostilidade” à integração europeia não passam de afirmações gratuitas. MA afirmou repetidamente a sua crítica à tecnocracia e ao excessivo peso da economia financeira, a submissão à cartilha da OMC, mas também a defesa de uma Europa solidária, com instituições mais abertas aos cidadãos, uma democracia mais ampla e intensa, o que, perante a crise que hoje enfrentamos, se prova que foram críticas certas.

Se a aura de “esquerda” de Alegre brilhou mais na última legislatura, foi porque as políticas governativas do PS se pautaram por uma deriva de direita em diversos domínios, que MA teve a coragem de criticar. Foi justamente com essa postura de autonomia que consolidou o seu espaço de figura presidencial. É verdade que o



Elísio Estante

BE tenta aproveitar-se da situação na sua disputa com o PS. Compreende-se a necessidade disso. Mas a confusão é fictícia e deliberadamente fabricada, inclusive por alguma comunicação social.

Se, por acaso, MA aceitasse, respeitosa e disciplinadamente, as “directrizes” vindas do Largo do Rato, como pretende VM, seria não o MA que conhecemos, mas uma caricatura de si mesmo, que os portugueses rejeitariam. Alegre é quem é, e não pode vestir a pele de um socrático, para satisfazer o dr. VM ou outros que alinham no mesmo coro.

Como candidato vencedor que pretende ser, MA sabe com certeza que a sua candidatura tem de ser abrangente e terá de conquistar segmentos não só da esquerda, mas do centro e até da direita. Para tanto, só tem de mostrar o seu enquadramento na matriz ideológica do socialismo democrático, o seu apego à cidadania activa e a sua consciência social dos problemas que assolam o país, a Europa e o mundo. *Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra*